

política

Aprovado crédito junto ao BID de US\$ 450 milhões

Seguro contra desastres terá US\$ 332 milhões e Profisco US\$ 120 milhões

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou cinco projetos na sessão de ontem, quatro do Executivo e um oriundo dos parlamentares. Dois deles autorizam operações de crédito pelo Executivo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outra proposição diz respeito a contratações emergenciais de trabalhadores de escolas. Também foi aprovada uma proposição que dispõe sobre a obrigatoriedade de guias turísticos em excursões com mais de 15 passageiros.

Uma das autorizações de operação de crédito junto ao BID é para um “seguro contra desastres naturais e emergências de saúde pública” no valor de US\$ 332 milhões (cerca de R\$ 1,7 bilhão, a custo de hoje). O projeto aprovado visa a prevenção financeira do executivo para o caso de um outro evento climático como o de 2024. De acordo com o texto, a liberação dos recursos deve acontecer cinco dias úteis após o reconhecimento de calamidade pelo Congresso Nacional.

A outra operação aprovada se destina ao financiamento do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul - Profisco III-RS, no valor de US\$ 120 milhões (cerca de R\$ 620 milhões, a custo de hoje). Os objetivos definidos pelo governo são o fortaleci-



MARCELO OLIVEIRA/ALRS/JC

Deputados também confirmaram contratações emergenciais para escolas

mento da governança e da gestão dos recursos estratégicos; o aumento da eficiência da administração pública, bem como da eficiência no uso dos recursos públicos e da efetividade da Gestão Jurídica.

Já o PL 260/2026, também do Executivo, autoriza a contratação de 412 especialistas de educação para trabalharem como orientadores educacionais e de 1.785 assistentes educacionais temporários. O projeto foi aprovado com duas emendas. Uma delas, de autoria do deputado Marcus Vinícius (PP), inclui as escolas técnicas no texto, dando destaque às escolas agrícolas que funcionam no regime de internato e carecem de funcionários. Apesar de críticas da oposição pela ausência de planejamento e a carência de profissionais na educação, os parlamentares acordaram a aprovação do projeto devido à legisla-

ção eleitoral, que veda contratações no setor público no período de três meses antes das eleições, que acontecem no dia 4 de outubro.

Outra proposição aprovada é o PL 333/2023, do deputado Gustavo Victorino (Republicanos), que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de guia de turismo em excursões com mais de 15 passageiros, que se originam ou que se destinem ao Rio Grande do Sul, bem como em passeios realizados no Estado.

O último projeto do dia aprovado institui o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul. O Estado poderá repassar recursos financeiros adicionais aos municípios que comprovarem a existência de déficit na execução do transporte escolar dos estudantes da rede pública estadual.

STF libera parte dos penduricalhos antes barrados

/ PODER JUDICIÁRIO

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu nesta terça-feira o último voto para liberar parte dos penduricalhos que haviam sido barrados em março pela própria corte, na decisão sobre os supersalários de juizes e membros do Ministério Público.

Com isso, a corte conclui o julgamento de recursos contra a decisão anterior e revê trechos definidos três meses atrás.

O julgamento ocorreu em plenário virtual desde a última sexta. Cármen acompanhou, agora, o voto conjunto dos relatores Ale-

xandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes. O presidente Edson Fachin também tinha aderido a essa posição.

A partir do entendimento formado pela maioria, fica autorizado o pagamento de adicionais como férias não usufruídas, plantões judiciais, licença-prêmio e verbas retroativas já reconhecidas antes da tese fixada pelo tribunal.

Os ministros votaram pela autorização de pagamento de até 30 dias de plantões judiciais acumulados, ou seja, cujos dias de compensação não tenham sido usufruídos por falta de permissão do tribunal.

Essa conversão do benefício

em verba adicional havia sido vedada pelo STF em março.

Os ministros defenderam a implementação imediata do chamado quinquênio, uma gratificação para valorizar a antiguidade na carreira e que, a cada cinco anos, eleva os salários dos servidores.

Aprovada em março, a tese do STF proibiu adicionais como auxílio-alimentação, moradia e indenização por acervo. Outros seguem permitidos desde que respeitem o teto de 35%, como diárias, ajuda de custo em caso de promoção e valores retroativos reconhecidos por decisão judicial ou administrativa.

Receita apresenta novo painel de informações do setor produtivo

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

A Receita Estadual gaúcha apresentou ontem a representantes de entidades do setor produtivo de Estado a nova plataforma Radar do Mercado, que utiliza de dados do próprio órgão público e de outras esferas para produzir informações sobre as lacunas de mercado, o destino das exportações - sejam interestaduais ou internacionais -, a origem dos produtos consumidos no Rio Grande do Sul, entre outr. O painel, desenvolvido em parceria com a Fiergs, pode ser acessado neste link.

O Radar de Mercado se embasa em dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para produzir indicadores econômicos do Estado. Na avaliação do economista-chefe da Fiergs, Giovani Baggio, o novo portal pode auxiliar pequenas, médias e grandes empresas gaúchas a mapearem diversas informações do seu setor produtivo.

“É justamente o Estado desenvolvendo para a sociedade informações que estavam fechadas a sete chaves, e tornando esta informação uma ferramenta para tentar desenvolver as cadeias produtivas”, afirmou Baggio.

O painel é dividido em diversas abas, em que cada uma traz dados variados relativos a categorias de produção ou, se o interesse for mais específico, a Nomenclaturas Comuns do Mercosul (NCMs), que indicam separadamente os produtos.

Um exemplo prático é a aba “oportunidades”, que mapea os produtos que têm demanda e estão com escassez produtiva no Estado. Ainda há a indicação da abrangência desta dependência

dos produtos no Rio Grande do Sul, podendo ser crítica, quando a produção no Estado é menor que 5% do consumo, alta (até 15% de produção interna) ou média (até 30% de produção interna).

“A receita estadual está conseguindo entregar aos empresários uma ferramenta de inteligência para fazer um mapeamento de oportunidades, de desafios, e para buscar entender quem são seus concorrentes. Então eu acho que cabe a cada setor entrar na ferramenta e entender como ela funciona na prática, e nós como entidade estamos fazendo este lançamento junto com a Receita justamente para a gente servir como suporte”, disse o economista-chefe da Fiergs, que afirmou que a Federação poderá auxiliar pequenos e médios empresários a entender como navegar pelo portal.

Outros dados presentes são sobre o mercado nacional, em que empresários podem visualizar os principais estados consumidores de produtos gaúchos, bem como os fornecedores e os concorrentes em cadeias produtivas. Também há a aba “Perfil de vendas”, que disponibiliza informações sobre o que está sendo produzido e o que está sendo vendido no Estado.

O Radar de Mercado foi apresentado pelo chefe da Seção de Análise Econômico-Fiscal da Receita Estadual, Michel Camara, que afirmou que o portal passará por atualização mensal de sua base de dados.

Aqueles que quiserem conferir os dados disponíveis em sua origem, ou seja, da fonte da qual eles foram colhidos - seja das notas fiscais ou de outras esferas -, podem acessar a aba “dados abertos”, onde há as informações brutas que foram utilizadas na composição do portal.



ROBSON NUNES/ASCOM SEFAZ/DIVULGAÇÃO/JC

Radar de Mercado, em parceria com a Fiergs, traz dados da produção do RS